TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano II – nº 10 – Maio de 2002

Conheça passo a passo o processo Legislativo

Antes de serem apreciadas em Plenário, as matérias legislativas passam por um processo de tramitação na Casa. Do Departamento Legislativo (foto abaixo) à etapa final, muitas são as discussões até a votação e publicação no Diário Oficial.

Págs. 4, 5 e 6

MOISÉS BARBOSA



DIVULGAÇÃO



Romário eleito para Unale

Durante a VI Conferência da Unale, em Manaus, o presidente da AL, Romário Dias, foi eleito vice-presidente da instituição e a líder do Governo, Teresa Duere, para a Secretaria de Mulheres.

Pág. 8

Comissão aprova Código de Ética

BRENO LAPROVITERA



O Plenário da Alepe vai apreciar parecer da Comissão Especial de Elaboração do Código de Ética, presidida pelo deputado Gilberto Marques Paulo, que concluiu seus trabalhos.

Pág. 3

Assembléia recebeu certificado ISO 9002

Pág .3

TV Legislativa tem programas diários

Pág. 7

AL entrega relatório sobre prostituição

BRENO LAPROVITERA



A Comissão Especial de Combate à Prostituição, presidida pelo deputado Augusto Coutinho, entrega relatório e sugestões ao Governo do Estado ainda este mês.

Pág. 7

EDITORIAL

Ritos do processo

Com certa freqüência, inquietação ou indignação, a sociedade cobra do Legislativo agilidade na redação de leis e ações de fiscalização. Ao tomar tal atitude, através de entidades, associações, vinga a tendência de questionamento, crítica, de sorte a acusar os membros do Legislativo de ineficiência ou descaso diante das questões de interesse público.

Nessa posição, quase sempre há incompreensão, impaciência, com incursões no terreno da suposição, atribuindo aos membros da representação popular falta de empenho e dedicação na defesa das reivindicações da sociedade. Daí a exigência de pressa, seriedade, ações e soluções imediatas, sem saber ou examinar os aspectos legais que o Legislativo tem de observar e respeitar.

Não se leva em conta, pois, que o Legislativo tem de obedecer aos dispositivos da Constituição Federal, do Estado, das normas jurídicas, atendendo às exigências dos critérios de legalidade e constitucionalidade de um projeto ou de uma ação de interesse público. É a regra do processo legislativo, que segue ritos, normas, para aprovar um projeto de lei, um requerimento, ou deflagrar uma ação de fiscalização.

As normas definem o andamento de projetos, de ações, que não dependem da vontade de um parlamentar, das lideranças, da Presidência ou da Mesa Diretora da Assembléia. Equivale dizer que a aprovação de um projeto de lei, de uma ação fiscalizadora, requer um exame pelas Comissões Técnicas da Casa, que analisam seus aspectos legais e seus efeitos sobre um segmento ou o conjunto da sociedade.

Depois disso, com base no exame dos aspectos legais, atendidas às exigências de constitucionalidade e legalidade, o projeto ou ação tem aprovação do Plenário e ganha ou força de lei ou caráter legal para ação do Legislativo. Não se trata, portanto, de um processo simples, rápido, e tampouco depende da boa vontade de um parlamentar ou capacidade de trabalho do conjunto da representação.

Evidente que o processo legislativo, com a modernização dos recursos materiais e humanos, vem sendo agilizado e tenderá a ganhar mais rapidez. A informatização, a qualificação de pessoal, favorece sem dúvida o processo e visa atender aos reclamos da sociedade, dentro das normas e preceitos que o poder tem de seguir, em respeito à Constituição, ao Regimento.

Tais mecanismos legais, instrumentos de garantias constitucionais, têm de ser observados, respeitados, e até integram um poder que limita o poder, como é da essência da democracia, do regime representativo, expressão da garantia das liberdades e direitos fundamentais.

ARTIGO

Água Mineral: uma CPI diferente

*Sérgio Pinho Alves **

Com base nas notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa, denunciando uma série de irregularidades no setor de engarrafamento de água mineral em Pernambuco, tivemos a iniciativa de propor - e a Assembléia Legislativa do Estado decidiu instalar - uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a questão.

Desde o início dos nossos trabalhos, pudemos constatar a gravidade do problema. Várias foram as Audiências Públicas, nas quais ouvimos estarrecidos as informações prestadas pelo SINDIÁGUA (sindicato que congrega algumas empresas do setor). Diversos órgãos públicos prestaram esclarecimento sobre as suas atuações no sentido de coibir as irregularidades: O DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), responsável pela concessão de lavras para a exploração de fontes de água; a Vigilância Sanitária Estadual; a CPRH; a Secretaria da Fazenda do Estado; além de empresários, delegados e funcionários de empresas do setor.

Fizemos algumas visitas-surpresa a determinados engarrafamentos, sempre encontrando gravíssimas irregularidades e crimes contra o consumidor e a saúde pública. Empresas que extraíam água de poços clandestinos; rótulos falsificados; água potável engarrafada como se fosse água mineral, lesando o consumidor; água contaminada; engarrafamentos funcionando sem a devida autorização dos órgãos competentes; enfim , toda sorte de problemas relacionados não apenas à questões de saúde pública e defesa do consumidor, mas também relativos à sonegação fiscal, que traz inúmeros prejuízos ao estado e conseqüentemente à sociedade.

BRENO LAPROVITERA



Pinho Alves preside a Comissão

Observamos que diversas vezes, devido a conflitos de competência, os vários órgãos envolvidos com o problema não tinham uma atuação eficaz. Trabalhamos incansavelmente para minimizar esse problema, fazendo com que esses órgãos passassem a ter uma atuação articulada e solidária no enfrentamento da questão. Hoje, essa articulação e cooperação entre os órgãos é uma realidade.

Agora que estamos praticamente no final dos trabalhos da CPI, faltando apenas algumas metas a cumprir, observamos que esta foi uma CPI diferente. Diferente porque não com a exposição na mídia ou com publicidade excessiva, mas sim com uma prestação de serviços à sociedade. Sim, porque a CPI da Água Mineral procurou esclarecer a população, cobrar uma fiscalização adequada dos órgãos públicos, preservar a saúde pública, combater a sonegação e defender o consumidor. Mais do que isso. A CPI chega aos seus últimos dias propondo uma legislação mais rígida, mais eficaz, no sentido de combater as graves irregularidades que encontramos. De posse do relatório final, iremos, encaminhá-lo não apenas ao Ministério Público, ao Governo Estadual e órgãos fiscalizadores, mas também à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), pois só através de algumas modificações na legislação federal poderemos lograr êxito nesse embate.

** Deputado Estadual pelo PSDB*

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Antônio Azevedo, Marconi Glauco, Nagib Jorge Neto, Natália Tavares, Pedro Marins. **Estagiários:** Juliana Farias e Pedro Saldanha. **Revisão:** Christianne Alcântara e Marconi Glauco. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares.

Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

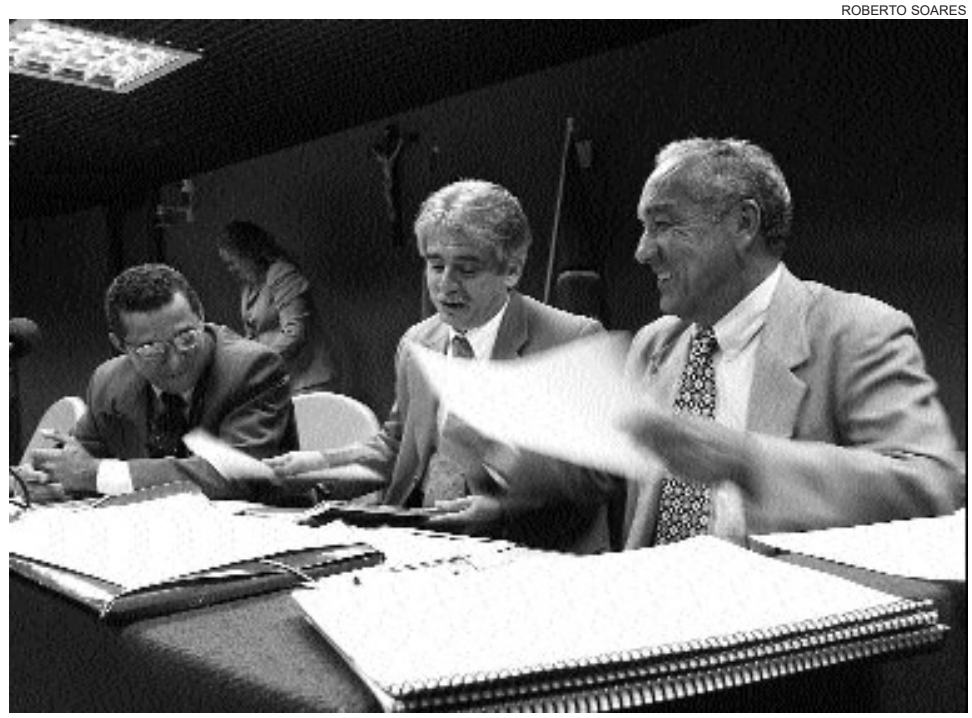
INOVAÇÃO

Comissão aprova Código de Ética

O projeto que cria o Código de Ética da Assembléia Legislativa foi encaminhado, no mês passado, à Mesa Diretora para publicação no Diário Oficial. Segundo o presidente da Comissão Especial responsável pela elaboração do Código e reformulação do Regimento Interno (RI), deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB), este é um momento histórico para a Casa. "O projeto, que foi aprovado por unanimidade pela Comissão, prevê a fixação de regras comportamentais, o que consubstancia a essência do Direito e da Justiça", definiu.

De acordo com o deputado Romário Dias (PFL), que defendeu a criação do Código ao assumir a Presidência da Assembléia, depois que o projeto for publicado no Diário Oficial terá que aguardar a conclusão da reforma do Regimento Interno para ser votado em Plenário. É que, em diversos pontos, o Código de Ética faz referências regimentais. "Para assegurar essa correlação, adotamos a sistemática jurídica de acrescentar a expressão 'na forma do Regimento', sempre que um artigo necessite de alguma referência regimental", explicou Marques Paulo.

ROBERTO SOARES



Depois de passar pela Comissão Especial, o projeto vai ao Plenário

De acordo com o Código, a prévia licença da Assembléia para que o deputado possa ser processado criminalmente será dispensada. Além disso, se o parlamentar for flagrado cometendo crime inafiançável poderá ser preso. Nesse caso, os autos deverão ser remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembléia Legislativa, para que, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, resolva sobre a prisão.

Já a renúncia não surtirá efeito depois de encaminhada a representação, ou seja, a partir do momento que a denúncia começar a ser apurada pela Comissão de Ética o parlamentar não mais poderá usar do 'artifício' de renunciar para evitar a perda dos direitos políticos. "Buscamos elaborar um Código de Ética que dotasse a Assembléia de instrumento legal que contribua para a preservação dos princípios que devem presidir as ações da Casa Legislativa e de seus membros", explicou o relator do projeto que cria o Código, deputado Augusto Coutinho (PFL).

A Comissão de Ética Parlamentar será formada por sete membros titulares e sete suplentes, eleitos em Plenário, e, além das funções de presidente e vice, contará também com a de ouvidor. O parlamentar escolhido para exercer essa função ficará encarregado de receber e apurar as denúncias, sendo que, no caso de não cumprir suas funções de forma correta e transparente, poderá sofrer medidas disciplinares.

Assembléia recebeu certificação ISO 9002

A Assembléia Legislativa de Pernambuco acaba de conquistar um importante certificado, na modalidade de serviços administrativos, que é inédito nas Casas Legislativas do País: o ISO 9002. Para credenciar-se ao título, a Alepe passou por uma auditoria final, entre os dias dias 22 a 26 do mês passado, realizada pela empresa certificadora ABS Quality Evolution. E para tal conquista foi preciso que toda a prestação de serviços realizada pelos setores envolvidos na certificação fosse padronizada.

CARLOS OLIVEIRA



Cynthia indica mudança

O Programa de Gestão para Qualidade Total (PGQT) , implantado há dez meses, foi o responsável por essa uniformização. Com ele, a rotina do servidor público nos setores administrativos da Casa foi modificada. "Primeiro fizemos um estudo sobre como cada setor prestava seu serviço. Tudo isso com o principal objetivo de racionalizar a forma de trabalho, melhorando assim o aumento da produtividade", explicou a coordenadora do PGQT, Fátima Resende.

A partir da implantação do Programa de Qualidade, os diversos setores administrativos estão se adequando aos novos padrões. "No início, o pessoal sentiu que os serviços ficaram mais burocratizados através do monitoramento, mas com o passar do tempo essa impressão foi se modificando", justificou a chefe da Divisão de Arquivos, Cynthia Freitas, completando: "Hoje, nós sabemos quantas pesquisas são realizadas por semana ou por mês e conhecemos também toda a massa documental que existe no setor".

CARLOS OLIVEIRA



Delfina destaca padrão

A chefe da Divisão de Compras, Delfina Pinto, confirma as modificações. "Com a padronização dos serviços, todos os funcionários passaram a conhecer tudo no setor", assinalou. Uma das normas do PGQT, inclusive, é a padronização dos serviços, onde todos os procedimentos são descritos num manual para que qualquer pessoa possa desempenhar todas as funções.

Outras melhorias que o Programa de Qualidade trouxe para a Alepe foram a utilização da informática como instrumento de comunicação oficial entre os departamentos da Casa; aferição do prazo de atendimento das solicitações efetuadas pelo escopo e, conseqüentemente, o conhecimento do tempo gasto na prestação dos serviços aos gabinetes; monitoramento permanente do trabalho; elevação do conhecimento profissional através de especializações, entre outros itens.

REPERCUSSÃO — O diretor geral da Assembléia Legislativa, Luiz Carlos Matos, destacou que a conquista do ISO 9002 reforça a transparência no serviço público. "Além de todo o trabalho desenvolvido pelo Programa e do seu objetivo ter sido alcançado, a certificação acarretou também um aumento no entrosamento entre as equipes, que é fundamental para um sistema produtivo", comentou.

CARLOS OLIVEIRA



Luiz: atingir a sociedade

Para o diretor do Departamento de Assistência Administrativa, Luiz Antônio Guimarães, as mudanças serão sentidas, a partir de agora, pela sociedade. "Estamos atingindo inicialmente os nossos clientes diretos, que são os gabinetes. Depois, chegaremos à sociedade", observou.

TRÂMITE LEGISLATIVO

Saiba como é o processo de t

Até chegarem ao Plenário, os projetos de lei passam por uma tramitação que engloba diversos momentos dentro da Casa Legislativa. Confira, a seguir, os principais pontos envolvidos.

1 — Os deputados exercem seus mandatos populares através da apresentação, debate e votação das seguintes proposições: Propostas de Emenda Constitucional (PEC), projetos, indicações, requerimentos e emendas. Os projetos podem ser de: Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos e Resolução.

2 — Além dos deputados, também podem apresentar Projetos de Lei as Comissões Técnicas Permanentes do Legislativo, o Governo do Estado, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Procurador-Geral de Justiça e os cidadãos nos casos e formas previstos na Constituição e no Regimento Interno.

3 — As proposições são entregues diretamente ao presidente da Assembléia ou através do Departamento de Assistência Legislativa (DAL), nos dias de reuniões plenárias, até o dia 20 de novembro, em se tratando de Projeto de Lei, e até o dia 10 de dezembro para as demais proposições. (Artigo 176 do Regimento Interno)

4 — O DAL encaminha para publicação no Diário Oficial e faz a distribuição para as Comissões competentes que analisarão cada proposição, iniciando sempre pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ). Aquelas que não precisam ser analisadas pelas Comissões, como os requerimentos e as indicações, seguem direto para serem apreciadas pelo Plenário.

MOISÉS BARBOSA



O 1o. passo na tramitação é a entrega da proposição no Depto. Legislativo

ROBERTO SOARES



A Comissão de Justiça é a mais importante e julga a constitucionalidade

5 — A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça é responsável pela avaliação inicial da adequação das proposições às normas constitucionais, exceto os projetos do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de Lei Orçamentária Anual (LOA), de transferência de subvenção e processos de prestação de contas submetidos à Assembléia, que são analisados e votados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação (CFOT). Formam outra exceção, os projetos de criação de municípios, que são analisados e votados somente pela Comissão de Negócios Municipais. Em seguida, retornam para o DAL e o presidente faz a inclusão na Ordem do Dia.

6 — As Propostas de Emenda Constitucional (PECs) também são apreciadas exclusivamente pela CCLJ. De lá, os pareceres seguem para o DAL e o presidente os encaminha para a Ordem do Dia.

7 — A CCLJ também opina quanto ao mérito sobre: exercício dos Poderes Estaduais, Organização Judiciária, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias Civil, Militar e Bombeiros, ajustes, convenções e litígios, licença ao governador e ao vice para



As Comissões Permanentes, como a

Vocabulário

Proposta de Emenda à Constituição — Pode ser apresentada pelo Poder Legislativo (com apoio de um terço dos seus membros), pelo governador do Estado, por mais da metade das Câmaras Municipais ou por iniciativa popular subscrita por 1% do eleitorado. Visa corrigir ou atualizar a Constituição.

Projeto de Lei Complementar — Descrito no Parágrafo único do Artigo 18 da Constituição de Pernambuco, dispõe sobre normas gerais referentes a 15 áreas, entre elas: Organização Judiciária e do Ministério Público, saúde, educação e criação de municípios.

Projeto de Lei Ordinária — Busca regular as matérias de competência do Poder Legislativo que precisam da sanção do Governo do Estado.

Projeto de Lei Delegada — É quando o Poder Executivo pede autorização ao Poder Legislativo para apresentar matéria sobre norma jurídica, dispensando assim o envio de projeto para a aprovação da Assembléia Legislativa.

Projeto de Decreto Legislativo — Destina-se a ordenar as matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo. É aprovado em Plenário em turno único e sancionado pelo presidente da Assembléia.

Projeto de Resolução — Objetiva regular, com eficácia de Lei Ordi-

tramitação para criar uma lei

ausentarem-se do Estado ou interromper o exercício das suas funções.

8 — Na CCLJ a proposição é distribuída e, por sorteio, é escolhido um deputado relator, que emitirá parecer sobre a matéria. O parecer é discutido e votado na reunião da Comissão. Se a proposição for rejeitada, o parecer segue para DAL e o presidente o encaminha para ser referendado ou não pelo Plenário. A matéria com parecer favorável prosseguirá em tramitação nas Comissões relacionadas com o tema.

9 — O autor de projeto rejeitado pela CCLJ tem a chance de não interromper a tramitação caso o Plenário, que é sempre soberano para decidir, rejeite o parecer por maioria simples de votos. Nesses caso, a matéria volta à tramitação normal.

10 — Além da CCLJ e da CFOT, a Assembléia Legislativa tem outras 10 Comissões que são: Administração Pública; Negócios Municipais, Educação e Cultura; Defesa do Meio Ambiente; Agricultura e Política Rural; Saúde; Ciências, Tecnologia e Informática; Defesa da Cidadania; Desenvolvimento Econômico e Redação de Leis.

MOISÉS BARBOSA



e Cidadania, ampliam as discussões

BRENO LAPROVITERA



A análise de projetos de lei, requerimentos, indicações e outras matérias em Plenário é o momento final do trâmite Legislativo

11 — Cada Comissão Permanente escolhe um relator para emitir parecer, que é votado em reunião do colegiado. Todos os pareceres são publicados no Diário Oficial. Finalizada a tramitação, a proposição retorna para o Departamento de Assistência Legislativa para ser incluído na pauta de votações, da chamada Ordem do Dia.

12 — Dependendo da matéria, a proposição pode ser votada em um ou dois turnos, precisando ainda de uma terceira votação para aprovação do parecer da Comissão de Redação e Leis, responsável pelo texto final da proposta.

13 — Depois de aprovada pela Assembléia, a maioria das proposições segue para ser sancionada pelo governador e só vira lei após a publicação no Diário Oficial do Executivo.

14 — O governador poderá vetar total ou parcialmente uma proposição. Neste caso, o veto seguirá para a Assembléia, que pode derrubá-lo por maioria de dois terços dos seus membros. Se o veto for derrubado, a matéria volta a ser lei.

nária, matéria de competência da Assembléia e também a de caráter político processual, legislativo ou administrativo, ou quando a Casa deve se pronunciar sobre: perda e cassação de mandato de deputado, concessão de licença para processar parlamentares criminalmente ou sobre prisão de deputados, qualquer matéria sobre o Regimento Interno, autorização ao governador e ao vice-governador para se ausentarem do Estado, fixação dos subsídios dos deputados e remuneração do governador, do vice e dos secretários, concessão de título de Cidadão Pernambucano e todo e qualquer assunto de sua economia interna que não se compreenda nos limites do simples ato administrativo, a respeito do qual se proverá no regulamento dos serviços administrativos da Assembléia.

Indicação — É a proposição em que são solicitadas medidas de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa não seja de competência exclusiva do Poder Legislativo.

Requerimento — É mais um instrumento de solicitação do deputado. Classifica-se quanto à competência para decidi-lo: por despacho do presidente ou por deliberação do Plenário. E quanto à maneira de formulá-lo, pode ser: verbal e escrito. Através de um requerimento, o parlamentar pode, por exemplo, pedir a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), uma Comissão Especial, de representação ou a convocação de um secretário de Estado para prestar esclarecimentos.

ENTREVISTA —ANA OLÍMPIA

Diretora destaca trabalho do Departamento Legislativo

Considerando que o papel principal do deputado é legislar, o Departamento de Assistência ao Legislativo pode ser considerado o coração da Casa Joaquim Nabuco. Para falar um pouco sobre o dia-a-dia do Departamento, o Tribuna Parlamentar ouviu a diretora Ana Olímpia de Miranda Severo.

FERNANDO FERREIRA



A Assistência Legislativa assessora tecnicamente os parlamentares

Tribuna Parlamentar — Qual a função básica do Departamento de Assistência ao Legislativo?

Ana Olímpia — Primeiramente, a função dele é assessorar tecnicamente os parlamentares, de um modo geral, e a Mesa Diretora. Normalmente, somos procurados para esclarecer dúvidas relacionadas ao Regimento Interno da Casa e quais os procedimentos necessários à apresentação de uma proposição, seja ela projeto, indicação, regimento ou proposta de emenda à Constituição.

TP — Fale um pouco sobre a sua função no Plenário, já que você assessora o presidente e a Mesa Diretora, em todas as sessões. Como é o seu dia-a-dia?

AO — O nosso dia-a-dia no Plenário começa às 14h30. Levamos todo o material que vai ser votado neste dia e os livros com a lista dos inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, cujas inscrições são feitas pela manhã ou no dia anterior. Além disso, assessoramos o presidente quanto ao tempo permitido para os discursos e para os apartes e na leitura da Ordem do Dia. Também esclarecemos possíveis dúvidas, que surgem durante as votações dos projetos.

TP — O DAL funciona com o primeiro intérprete, ou o grande intérprete do Regimento Interno, quando surgem dúvidas, principalmente em Plenário. Isso exige de vocês um conhecimento profundo do Regimento Interno?

"Precisamos estar constantemente atualizados em relação às questões do Regimento Interno"

AO — Essa é uma grande preocupação nossa. Precisamos estar constantemente nos atualizando, não apenas quanto ao Regimento Interno mas também quanto à Constituição Estadual, porque o que consta no Regimento tem que estar em conformidade com a Constituição. Por este motivo, estamos sempre estudando, relendo, debatendo. O DAL é formado por um grupo grande de funcionários, que trabalha para que tudo seja feito da melhor maneira possível.

TP — Essa assessoria que é prestada aos gabinetes é feita diretamente por você?

AO — Não, é feita pelo departamento como um todo, de acordo com as especificações de cada Divisão. As Divisões de Assistência Técnica Legislativa e Estatística, e a de Serviços Auxiliares e Assistência às Comissões, por exemplo, dão apoio ao Plenário, recebendo as proposições e elaborando o expediente.

TP — O que é, exatamente, o expediente ?

AO — É o nosso jornalzinho oficial, onde são publicados os documentos que chegam à presidência e devem ser dados ao conhecimento dos demais deputados. Figuram no expediente as respostas das indicações e dos requerimentos dos parlamentares, os projetos de autores externos, ou seja, que vêm do Poder Executivo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça, entre outros.

TP — A Assembléia está tentando disponibilizar todas as leis aprovadas na Casa através da internet. Que tipo de contribuição isso trará para os trabalhos da Assembléia?

"A AL disponibilizará todas as leis através da internet, inclusive as publicadas anteriormente"

AO — Essa proposta é muito benéfica porque os deputados poderão pegar suporte em leis passadas para um melhor aprimoramento de um assunto que já foi abordado em alguma lei, mas que ele quer aprimorar, por exemplo. Já tendo aquela lei disponível, ele vai poder fazer uma pesquisa. Além disso, muitas vezes os projetos fazem referências a leis anteriores. Este material disponibilizado na internet vai ajudar também na análise dos projetos pelas Comissões. Atualmente, nós temos um caderno com as leis mais consultadas. A partir de duas consultas nós já incluímos no caderno. E temos o programa de computador, Notes, utilizado em toda a Casa, inclusive nos gabinetes.

TP — Qual o papel do DAL durante a implantação do Notes ?

AO — O pessoal do DAL colaborou com os esclarecimentos relativos ao trâmite legislativo. Nós explicamos aos técnicos que iam criar a ferramenta como ocorria o processo legislativo dentro da Assembléia. Basicamente, o processo legislativo consiste em dar entrada na lei, que segue para as Comissões, mas cada Assembléia tem suas características próprias. O Regimento Interno daqui não é exatamente igual ao das outras Casas Legislativas a tramitação dos processos difere um pouco. O Notes ajudou muito o nosso departamento porque antes dele, todas as consultas relacionadas ao trâmite legislativo eram feitas aqui. Agora, o gabinete dispõe dessas informações e pode acompanhar o andamento dos projetos.

MOISÉS BARBOSA



Ana: assessoria em Plenário

COMUNICAÇÃO

Assembléia Legislativa inaugura programação diária de televisão

Em funcionamento desde o dia 8 de abril deste ano, a TV Legislativa representa um grande avanço para a interação entre a população pernambucana e o Poder Legislativo do Estado. O projeto Assembléia na TV resulta de um convênio assinado entre a Mesa Diretora da Casa e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A partir da iniciativa, todas as atividades parlamentares podem ser acompanhadas através das TVs Universitária e Cabo Mais.

O contrato firmado possibilita a transmissão ao vivo das Sessões Plenárias e Especiais, através do canal 12 da Cabo Mais, e ainda duas exibições do Telejornal Quorum, à 1h e 6h da manhã, e mais cinco flashes durante a programação normal da TV Universitária.

A programação inclui cobertura ao vivo das Sessões, telejornal e cinco flashes durante o dia

"Essa programação dá mais transparência ao Legislativo. O eleitor pode estar mais próximo e monitorar o seu deputado, estabelecendo um padrão ideal no exercício pleno da democracia", diz o coordenador do projeto, jornalista Antônio Magalhães. Outro ponto importante trata da viabilidade técnica e econômica do convênio. A parceria entre Assembléia e TVU permitiu a prestação de um serviço de menor custo e maior qualidade.

"Por ter se optado em não montar uma estrutura técnica e de pessoal própria, a TV ficou livre da burocracia do serviço público e ganhou mobilidade na transmissão por contar com equipamentos modernos provenientes da TV Universitária", afirma Magalhães. Atualmente, a Assembléia na TV conta com 16 pessoas em sua equipe entre jornalistas, técnicos e estagiários.

Com o projeto Assembléia na TV, a Alepe passa a ser a única do Nordeste com uma cobertura televisiva diária, fazendo parte de um seleto grupo de apenas dez Casas Legislativas que possuem essa comunicação direta com a sociedade. O fato é que agora o eleitor pernambucano poderá acompanhar ainda mais de perto a atuação e as decisões tomadas pelos parlamentares do Estado.

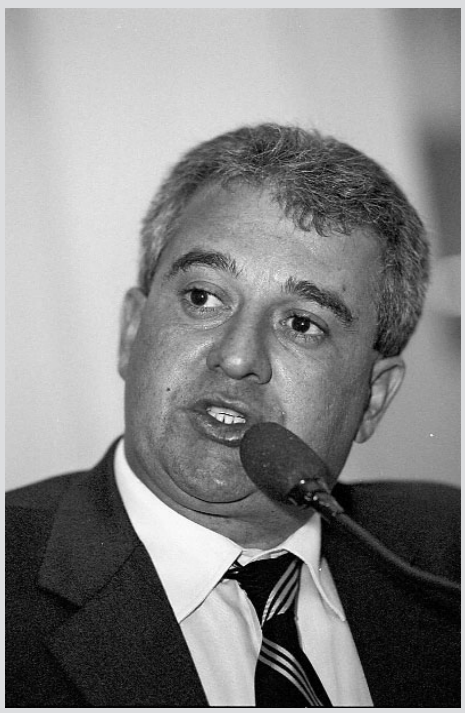
BRENO LAPROVITERA



Autoridades prestigiaram o lançamento do projeto Assembléia na TV

Comissão Especial encerra trabalhos em maio

BRENO LAPROVITERA



Coutinho sugeriu publicidade

A Comissão Especial de Combate à Prostituição encerra seus trabalhos no final deste mês e encaminhará os resultados das discussões às autoridades federais, estaduais e municipais. O presidente Augusto Coutinho (PFL) sugeriu ao Governo do Estado uma peça publicitária em torno da importância do combate à prostituição e da necessidade da participação comunitária na campanha.

Instalada em outubro do ano passado, a Comissão tem com o objetivo buscar soluções contra a prostituição de mulheres, muitas das quais menores de idade. Notadamente na zona sul, a concentração também de prostitutas em busca do mercado do sexo há muito tempo causava constrangimento, o que gerou denúncias e reclamações da sociedade. As famílias pediam providências às autoridades, alegando o aumento da violência, consumo e tráfico de drogas, além de atos de atentado ao pudor.

A Comissão Especial realizou várias audiências no Poder Legislativo, com participação das Polícias Civil e Militar, Prefeitura do Recife, ONGs, Secretaria de Defesa Social. Entre as sugestões encaminhadas às autoridades, estão as seguintes: aumento da iluminação nas áreas de maior concentração de "garotos e garotas de programa"; intensa fiscalização nos bares e boates em Boa Viagem; proibição de estacionamento na faixa direita da Av. Conselheiro Aguiar a partir das l9 horas; aplicação de multas noturnas devidamente publicadas no Diário Oficial, a exemplo do que é praticado no Rio de Janeiro; além da indicação de transferência das áreas de "trabalho" para o Cais José Estelita.

Várias Audiências Públicas foram realizadas com as Polícias, PCR, entre outras instituições

O deputado Augusto Coutinho foi à Polícia Federal para discutir a situação com superintendente Wilson Damázio, que se prontificou a participar das ações de combate à prostituição. A Comissão Especial estima que até o final de maio concluirá os trabalhos, encaminhando relatório às autoridades em torno do que apurou em sete meses de atuação.

VI CONFERÊNCIA

Unale redefine papel do Legislativo

Ana Lúcia Lins
Enviada Especial

A autonomia do Poder Legislativo Estadual foi o principal tema discutido por parlamentares de todo o País durante a VI Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, realizada em Manaus, no mês passado. Uma delegação de deputados pernambucanos participou do evento, que discutiu aspectos como marketing político, relações internacionais, além da ampliação do poder de legislar.

O evento serviu de cenário para uma cobrança contundente do presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL). Ele criticou o papel da Unale e disse que a entidade precisa fomentar a atuação dos deputados nas diversas regiões do País. "As Assembléias precisam deixar de apresentar tantos requerimentos e votos de aplausos. Necessitamos, por outro lado, fortalecer o âmbito estadual junto ao Congresso Nacional", defendeu.

"Os parlamentares sentem-se tolhidos no seu papel de legislar, até porque várias ações e formulação de leis acabam sendo absorvidas pelo Congresso Nacional", criticou, assinalando que atualmente as Câmaras Municipais têm mais autonomia.

DIVULGAÇÃO



Romário (e) foi eleito vice-presidente da nova diretoria da instituição

Durante o evento, Romário Dias foi eleito vice-presidente da Unale (na chapa presidida pelo deputado Maurício Picarelli, do Mato Grosso do Sul) e a deputada Teresa Duere, presidente da Secretaria de Mulheres. A Unale deverá promover seu encontro nacional, no próximo mês de novembro, em Pernambuco.

TVs e Marketing — Dois temas destacaram-se durante a Conferência da Unale. A proposta de criação da Abratel - Associação Brasileira de TVs Legislativas - foi um deles, apresentada por jornalistas das ALs de todo o País, que solicitaram da Unale apoio logístico para implementação da entidade.

Uma palestra que chamou a atenção dos parlamentares foi a que reuniu especialistas em marketing político. Eles abordaram estratégias para as campanhas eleitorais. "A conscientização do eleitor se dá através do conteúdo. Candidato não é produto, que precisa só de forma", observou o marketeiro Chico Santa Rita, autor do livro Batalhas Eleitorais.

O passo a passo para a elaboração de um plano de marketing foi salientado por outros participantes do painel sobre o tema, que apresentaram exemplos de ações de telemarketing, marketing direto, rádio, internet, entre outros instrumentos. "É preciso identificar os problemas das regiões onde vivem os seus eleitores para elaborar o discurso certo", recomendou o publicitário André Torreta.

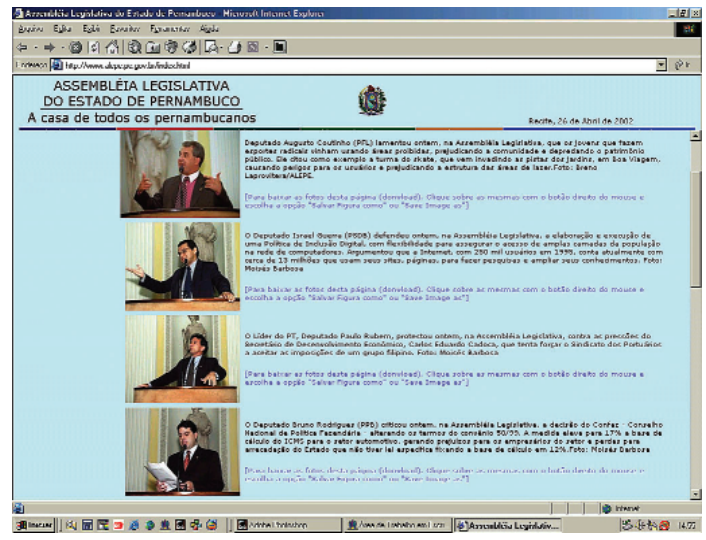
Nos debates sobre as relações internacionais participaram parlamentares dos Estados Unidos, Canadá e África do Sul. Eles discutiram as repercussões políticas dos atentados terroristas de 11 de setembro, conflitos no Oriente Médio e o golpe de estado na Venezuela.

TECNOLOGIA

Implantado sistema de fotografia digital

O processo de modernização da Assembléia Legislativa também atingiu o setor de Fotojornalismo da Casa, que está vinculado ao Departamento de Comunicação Social. A principal mudança foi a implantação do sistema de fotografia digital. Desde o início deste ano, todos os trabalhos de Fotojornalismo do Departamento estão sendo produzidos com máquinas digitais. As fotos ainda passam por um tratamento de imagens, melhorando a qualidade e a resolução do material a ser veiculado no Diário Oficial do Poder Legislativo e nos principais jornais do Estado.

"O objetivo é dar qualidade ao nosso trabalho, sem contar a agilidade que ganhamos com esse novo processo", revela o fotógrafo Breno Laprovitera, responsável pela implantação do novo sistema. "A velocidade dos nossos procedimentos foi aumentada para quase o tempo real, ou seja, as fotos de uma reportagem feitas com câmeras e filmes analógicos passavam por revelação em laboratórios terceirizados, voltavam para serem editadas e retornavam para a ampliação, levando cerca de 3 a 4 horas para chegar às mãos do editor", lembrou. "Hoje, assim que o fotógrafo produz o material, ele é descarregado no computador e tratado imediatamente", completou.



As fotos são transmitidas com mais qualidade

Segundo Laprovitera, o processo, já chegou a um estágio mais adiantado, com a emissão de fotos para toda a rede da Alepe, através da WEB, no site da Assembléia Legislativa **(www.alepe.pe.gov.br)**. "Estamos disponibilizando, diariamente, todo o material produzido no Plenário e nas Comissões da Casa", assinalou Laprovitera. "Com isso, aumentamos nosso raio de atuação. Passamos a atingir não só a imprensa local, mas a nacional e até mesmo a internacional, que podem ter acesso diariamente às atividades da Assembléia Legislativa de Pernambuco", completou.

O processo de modernização do Fotojornalismo da Casa, também possibilitou a reformulação do arquivo fotográfico. Agora, as imagens estão sendo guardadas em CD e tam-

Biblioteca virtual divulga livros em português e inglês

Convênio assinado entre a Assembléia Legislativa e a Fundação Gilberto Freyre possibilitará, dentro de no máximo 120 dias, a implantação de uma biblioteca virtual. A partir da iniciativa, a coleção dos 22 Perfis Parlamentares do Século XX e o livro Presença Feminina estarão acessíveis através da internet, em português e inglês. O projeto faz parte da estratégia da Mesa Diretora de massificar informações sobre a história do Parlamento estadual. Neste sentido, o presidente Romário Dias (PFL) assinalou que o objetivo é fazer chegar, com mais facilidade e velocidade, informações a estudantes, pesquisadores e cidadãos nos mais distantes locais. “Através da internet, poderemos chegar às pessoas interessadas em informações em qualquer lugar do mundo”,disse.